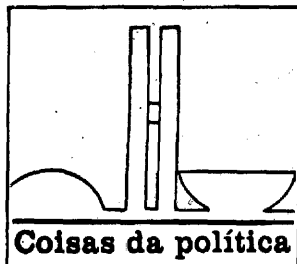


# A hora e vez de José Sarney

"... O poder, aos tombos dos dados, emana do inesperado..."  
(Guimarães Rosa)

**O** prolongado sofrimento do Presidente Tancredo Neves — e esta é uma das dramáticas realidades que estamos vivendo — acabou por calar de vez os que chegaram a contestar a legitimidade jurídica e política de José Sarney como sucessor daquele que uniu o País na memorável eleição de 15 de janeiro.



Os comunistas ortodoxos, o PT e o próprio Leonel Brizola já se manifestaram — como o fizeram na primeira hora a Aliança Democrática e o PDS — reconhecendo essa legitimidade. Mas tais manifestações não escondem divergências de fundo em torno do desenvolvimento do processo político, a curto e médio prazos. O PT apoiou a “confirmação” do Vice-Presidente José Sarney na Presidência da República, mas considerou “fundamental e prioritária” a “Constituinte já”. Leonel Brizola, com seu jeito de cordeiro manso, prega fraternidade e entendimento com o Governo, mas insiste no seu projeto pessoal de “diretas já”, isto é, na sua pretensão de ser Presidente da República no ano que vem.

A Aliança Democrática (PMDB-PFL) está mais ocupada em adaptar as vontades e desejos conhecidos e supostos de Tancredo Neves à realidade da administração pública e dos interesses partidários e regionais. Há milhares de cargos e funções à espera de nomeações e designações. Mas a Nação enfrenta, por outro lado, uma conjuntura que poderia ser descrita como a descreveu ao cair, em junho de 1962, o então Primeiro-Ministro Tancredo Neves:

“A inflação, assumindo aspectos os mais aterradores de verdadeira calamidade pública, gerava perigosas tensões sociais. Periclitaram as nossas instituições, desmantelou-se a administração pública, desorganizou-se a nossa economia, aviltou-se o nosso crédito, desvalorizou-se como nunca a nossa moeda e, em consequência, o prestígio internacional do Brasil sofreu sério e profundo abalo. (...) Os instrumentos de que dispunha para tal tarefa não eram os mais seguros: uma administração inteiramente nova, realizando as primeiras experiências de funcionamento de novo regime político (...) O clima em que deveria levá-lo a cabo não era propício: a meio de processo inflacionário agudo, da instabilidade política, da agitação social a braço com o mais desnordeante

complexo de problemas econômicos e sociais, e no decurso de um ano de eleições gerais”.

Guardadas as devidas proporções, o quadro em que Sarney assume é muito semelhante ao que levou Tancredo Neves à renúncia em junho de 1962. Só que, naquela ocasião, o Chefe de Estado (João Goulart) queria de volta a chefia de Governo. Hoje Chefe de Estado e Chefe de Governo são uma só figura, mas o problema é o mesmo que Tancredo enfrentou em face de Jango: problema de poder, de densidade política, de autoridade e arbítrio.

Passado o período de respeito ao padecimento de um presidente que — mais do que eleito, foi desejado pela Nação —, as lutas surdas dentro do ministério (já as há), as disputas palmo a palmo pela demarcação do terreno político do qual a Aliança Democrática tem a posse mas não o domínio, as agitações promovidas pelo PT de Lula, pela CUT, de Meneghelli e por Leonel Brizola vão se revelar sem pejos ou pudores.

É a hora e vez de José Sarney. Há uma herança da qual é inventariante, um testamento do qual é testamenteiro. Mas é chegado também o momento em que tem de ser, como Chefe de Estado e Chefe de Governo, a autoridade máxima em matéria de policy e o árbitro em questões de politics.

Quando Brizola exige “diretas já” e o PT de Lula prepara-se para ir às ruas cobrando “Constituinte já” estão proclamando, indiretamente, que falta a Sarney densidade política, autoridade e arbítrio para manter o pacto político consubstanciado no “compromisso com a nação” — o documento de formação da Aliança Democrática, suas diretrizes e seu programa.

O Presidente José Sarney, como opina um ex-Ministro de Estado, de grande respeitabilidade, tem de assumir, logo, a condição de árbitro supremo das questões políticas e administrativas, talvez correndo o risco de formar, mais adiante, uma nova aliança, embora preservando o testamento que recebeu. É ele que vai, “auxiliado” por seus ministros, como está na Constituição, resolver se é mais prioritário atender os desempregados do Sulbrasileiro ou os desabrigados do Nordeste; se o salário mínimo deve ou não ser reajustado em 110% do INPC; se a receita tributária pode ser reduzida em Cr\$ 14 trilhões, caso a Câmara aprove o projeto do Senado pelo qual quem percebe até 100 ORTNs por mês não terá mais imposto de renda retido na fonte. Apoio político e sustentação militar não lhe faltam. Tem agora de conquistar a opinião pública que vai observar, sobretudo, como agirá na condição de árbitro e como fiel depositário do legado de Tancredo Neves.

**LUIZ ORLANDO CARNEIRO**  
Diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília